



**COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO
PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

MAIO/2023



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

NORMATIVOS ORÇAMENTÁRIOS VIGENTES

- ▶ **LC 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LIMITES PARA GASTOS COM PESSOAL**
- ▶ **EC 95/2016 – TETO DE GASTOS – 2017 A 2036 – LIMITA OS GASTOS COM BASE NA INFLAÇÃO PASSADA – GASTOS DE PESSOAL, CUSTEIO E INVESTIMENTO.**
- ▶ **EC 100 E 102/2019 - ORÇAMENTO IMPOSITIVO — DEVER DE EXECUTAR O ORÇAMENTO**



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

GERAÇÃO DE RECURSOS

- **Dentro das regras do Teto de Gastos, considerando que o último reajuste dos servidores do judiciário ocorreu em janeiro/2019, foi possível o incremento considerável das despesas de custeio e investimento nos orçamentos de 2020 a 2022, pois as despesas de pessoal, que correspondem a 90% de todo o gasto da justiça eleitoral, permaneceram sem aumento nesse período.**
- **O reajuste inflacionário dos gastos incide sobre todo o orçamento do órgão (despesas de pessoal + despesas de custeio e investimento)**
- **Impactos da pandemia de Covid-19 em 2020 a 2022 – redução dos gastos – energia elétrica, água, materiais de consumo, postos de trabalho, Poupatempo, etc.**



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

INVESTIMENTOS REALIZADOS

- **A margem de gastos gerada nos orçamentos de 2020 a 2022 permitiu investimento na área da segurança cibernética da Justiça Eleitoral. Somente o TRE-SP investiu R\$ 19 milhões neste item (equipamentos e softwares) em 2022.**
- **Foram adquiridos notebooks e microcomputadores para distribuição aos cartórios eleitorais do estado.**
- **O TSE adquiriu novas urnas eletrônicas.**



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

INVESTIMENTOS REALIZADOS

- **Disponibilização de celulares corporativos para os cartórios.**
- **Em 2023 foi iniciado o serviço em nuvem do Google Workspace no TRE-SP.**
- **Em 2023 serão adquiridos novas impressoras para os cartórios.**
- **Implementação da assunção gradativa dos gastos dos cartórios do interior – locação do imóvel, limpeza, monitoramento eletrônico de segurança e manutenção predial.**



**COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO
PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

ASSUNÇÃO DE GASTOS

CARTÓRIOS DO INTERIOR

ANDAMENTO DOS TRABALHOS



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

GT – MANUTENÇÃO PREDIAL - 2021

ASSUNÇÃO GRADATIVA DOS GASTOS DOS CARTÓRIOS DO INTERIOR A PARTIR DE 2022 – IMPLEMENTAÇÃO EM 5 ANOS



LOCAÇÃO DO IMÓVEL



LIMPEZA DO IMÓVEL



MANUTENÇÃO PREDIAL



SEGURANÇA ELETRÔNICA MONITORADA

335 CARTÓRIOS DO INTERIOR



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

ANDAMENTO DOS TRABALHOS



LOCAÇÃO DO IMÓVEL

- **Formada comissão especial em 2022 para análise das locações de imóveis dos cartórios do interior – Portaria TRE-SP nº 125/2022**
- **Para 2023 a meta pretendida é atender 25 municípios, englobando 62 cartórios, sendo 16 junções e 9 zonas únicas.**
- **A Assessoria de Apoio aos Cartórios Eleitorais – AACE e a Coordenadoria de Engenharia da SGS estão analisando as propostas encaminhadas pelos cartórios. Foram realizadas diversas visitas para avaliação técnica dos imóveis ofertados.**
- **A previsão é de que as primeiras unidades locadas tenham início no 2º semestre deste ano.**

Estimativa de gasto anual = R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

ANDAMENTO DOS TRABALHOS



LIMPEZA DO IMÓVEL

- **Atualmente 91 cartórios contam com os postos de limpeza contratados pelo Tribunal.**
- **Foi autorizada para este ano a contratação de mais 100 postos de limpeza.**
- **Está em trâmite a formalização de convênio com o TJ-SP para disponibilização de limpeza nos cartórios e postos eleitorais localizados em fóruns, englobando 43 unidades, mediante ressarcimento dos gastos.**
- **Com isso, neste ano pretende-se atingir o total de 234 unidades atendidas (70%), meta que estava prevista somente para 2025.**

Estimativa de gasto anual de R\$ 15 milhões



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

ANDAMENTO DOS TRABALHOS



MANUTENÇÃO PREDIAL

- **Considerando a política de locação de imóveis pelo Tribunal, espera-se que a questão da manutenção predial tenha menor impacto, tendo em vista que serão exigidas as adequações das instalações físicas.**
- **Em razão disso o Tribunal irá reavaliar a forma de atendimento dessas demandas.**

Estimativa de gasto anual – sem estimativa



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

ANDAMENTO DOS TRABALHOS



**SEGURANÇA
ELETRÔNICA
MONITORADA**

- **Disponibilizado desde o início do ano o monitoramento para os cartórios localizados na região metropolitana de São Paulo, no total de 49 unidades atendidas.**
- **Foi autorizada a implementação de mais 65 unidades neste ano.**
- **As implementações serão realizadas ao longo de 5 anos.**

Estimativa de gasto anual de R\$ 1,6 milhão



**COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO
PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

2024



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

CENÁRIO ORÇAMENTÁRIO PARA 2024

- **Proposta de definição de nova regra fiscal para controle dos gastos públicos em substituição ao regime do Teto de Gastos – Em tramitação no Congresso Nacional**
- **Previsão inflacionária de 4,5% (TSE)**
- **Reajuste dos servidores do judiciário 6,0%**
- **Necessidade de ajustes nas despesas de custeio e investimento para cobertura das despesas obrigatórias em 2024.**



1,5% DE AJUSTE



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

LIMITE ORÇAMENTÁRIO PARA 2024

- **O TSE autorizou o limite inicial para elaboração da proposta orçamentária ordinária de 2024 o mesmo montante concedido para 2023 – R\$ 92,4 milhões, sem incremento.**
- **Há a possibilidade de extra-teto de acordo com a definição do índice inflacionário final ou com nova regra de gastos em tramitação no Congresso Nacional.**
- **No momento as despesas ordinárias de 2024 foram adequadas ao limite inicial autorizado pelo TSE.**



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

LIMITE ORÇAMENTÁRIO PARA AS ELEIÇÕES 2024

- O TSE estabeleceu o seguinte parâmetro para definição do limite inicial para a elaboração da proposta orçamentária das Eleições 2024:





COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

LIMITE ORÇAMENTÁRIO PARA AS ELEIÇÕES 2024

DESAFIOS PARA AS ELEIÇÕES 2024

**REAJUSTE DE 20% DO
AUXILIO-ALIMENTAÇÃO
(R\$ 50,00 PARA R\$ 60,00)**



R\$ 44 milhões

**INCREMENTO DE
RECURSOS PARA
CONTRATAÇÃO DE
ASSISTENTES DE
ELEIÇÕES**



R\$ 15 milhões

**REAJUSTE DE 50% DO
VALOR DAS DIÁRIAS
TREINAMENTO**



R\$ 3 milhões

NECESSIDADE DE AJUSTE DAS DESPESAS AO LIMITE AUTORIZADO – NEGOCIAÇÃO JUNTO AO TSE PARA AUMENTO DO LIMITE



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

LIMITE ORÇAMENTÁRIO PARA AS ELEIÇÕES 2024

**LIMITE INICIAL
ELEIÇÕES/2024**

**R\$ 61,3
MILHÕES**



**SOLICITAÇÃO
ADICIONAL
AO TSE**

**R\$ 10,5
MILHÕES**



**LIMITE FINAL
ELEIÇÕES/2024**

**R\$ 71,8
MILHÕES**



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2024

- **Aguarda-se a definição dos limites finais para a Justiça Eleitoral junto ao Poder Executivo.**
- **Aprovação pelo Congresso Nacional do novo regime fiscal em substituição ao regime do Teto de Gastos (EC nº 95/2016)**



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



F I M